

## **Desenvolvimento e Cultura:**

relações de sinergia e conflitos

**Dilson Trennepohl<sup>1</sup>**

**David Basso<sup>2</sup>**

**Romualdo Köhler<sup>3</sup>**

**Roberto Macagnan<sup>4</sup>**

**Daniel Claudy da Silveira<sup>5</sup>**

O interesse pelo tema das relações existentes entre cultura e desenvolvimento tem sido crescente nas últimas décadas, tanto no âmbito acadêmico (Hermet, 2002) como no campo de ação concreta das diferentes organizações. O reconhecimento de inúmeros fracassos em iniciativas e projetos de desenvolvimento por falta de atenção à dimensão cultural (Kliksberg, 2000) motivou a inclusão do tema em conferências e seminários, bem como a publicação de livros e artigos científicos. Instituições internacionais como a Unesco, o Banco Mundial e a União Europeia desenvolveram ações de fomento ao debate (Rist, 2000).

<sup>1</sup> Professor mestre do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui (dfilson@unijui.edu.br).

<sup>2</sup> Professor doutor do Departamento de Economia e Contabilidade e professor permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento da Unijui (davidbasso@unijui.edu.br).

<sup>3</sup> Professor mestre do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui.

<sup>4</sup> Professor mestre do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui.

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Economia da Unijui. Bolsista Pibic/CNPq – 2006/2007.

Este ensaio tem por objetivo sistematizar algumas idéias elaboradas no âmbito do estudo de diversos textos sobre o tema, relacionando a dinâmica do desenvolvimento e sua interação com a cultura, de maneira especial quando associada a ações de intervenção, consciente e organizada, do setor público ou de segmentos organizados da sociedade. Além desta introdução o texto destaca a visão hegemônica do desenvolvimento baseada no determinismo econômico para então, na seqüência, abordar o fator cultural como um ingrediente essencial para dar conta da complexidade que envolve os processos de desenvolvimento. Por se tratar de um ensaio o texto não apresenta conclusões, mas tece algumas considerações sobre a possibilidade de se contemplar relações sinérgicas entre cultura e desenvolvimento, de forma organizada e consciente, com a projeção de ações capazes de contemplar as especificidades de um espaço territorial concreto.

## **O determinismo econômico do desenvolvimento**

Uma das preocupações centrais da Ciência Econômica, desde a sua origem, tem sido com o processo de desenvolvimento econômico de indivíduos e sociedades. As contribuições dos pensadores clássicos, entusiasmados com as novas potencialidades apresentadas pelo capitalismo emergente, têm por objetivo identificar as causas, os obstáculos ou os riscos do crescimento da riqueza (Smith, 1982; Ricardo, 1982). Enquanto estudiosos da Economia Política, eles elaboraram recomendações no sentido de remover os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, na expectativa de que a plena realização de seu potencial traria benefícios para o conjunto da humanidade. Nesse sentido, o desenvolvimento está associado à perspectiva emancipatória incorporada no projeto da modernidade daquele contexto histórico.

A crítica à Economia Política elaborada por Marx, Engels e seus seguidores modificou o quadro. A análise profunda e rigorosa do processo de desenvolvimento capitalista reconhece e explicita o seu grande potencial de promover o crescimento da riqueza e identifica leis e tendências gerais de comportamento dos sujeitos econômicos em seu contexto. Por outro lado, questiona o otimismo predominante com os benefícios gerais que adviriam desse progresso econômico, apresentando argumentos consistentes em relação aos inúmeros problemas associados ao desenvolvimento do capitalismo, como a expansão da pobreza como produto do crescimento da riqueza ou o aumento da tensão entre os sujeitos econômicos e a eclosão das crises cada vez mais profundas e devastadoras (Marx, 1987). Diversos elementos do método de análise de Marx, como o materialismo histórico, foram interpretados de forma reducionista e transformados em determinismo econômico, reforçando outras correntes deterministas.

A fundamentação principal do determinismo econômico do desenvolvimento, no entanto, deve ser buscada entre os teóricos da Escola Neoclássica ou Marginalista que, ao contrário de Marx, procuraram enaltecer os méritos do capitalismo (Jevons, 1982; Marshall, 1982). Com base numa racionalidade dos indivíduos em busca de seus interesses e da satisfação de suas necessidades, eles elaboraram um vasto corpo teórico que se tornou hegemônico ao longo do século 20. O interesse individual de maximizar a utilidade dos bens aceita um único mecanismo regulador global e abstrato: o mercado. Todas as características dos indivíduos são traduzidas em termos econômicos e mais especificamente em atitudes de mercado que, por meio de seus mecanismos de ajuste entre oferta e procura, regulam todas as dimensões da vida humana. O resultado geral decorrente deste comportamento racional dos indivíduos é uma tendência ao equilíbrio geral e à maximização dos resultados econômicos. As atitudes individuais corretas seriam premiadas com ganhos maiores pelo mercado e as erradas seriam penalizadas com perdas ou com ganhos menores.

Nessa formulação teórica não há espaço para noções de justiça social, princípios ou valores coletivos e outros aspectos que não possam ser convertidos em preços de mercado. Os sujeitos mais inteligentes, capazes e competentes, tenderão a acertar mais e serão premiados por isso com ganhos e expansão, enquanto os demais serão penalizados por sua incapacidade, correndo riscos de eliminação, numa espécie de “darwinismo econômico”.

A chamada revolução keynesiana fez uma série de críticas ao esquema teórico neoclássico sem, entretanto, romper completamente com suas bases. Keynes demonstrou que o equilíbrio geral poderia ocorrer fora do ponto ótimo de utilização dos fatores de produção (Keynes, 1982). Sua contribuição fundamental foi no sentido de advertir para a necessidade de construir outros mecanismos de regulação geral, diante da incapacidade do mercado de promover uma organização satisfatória. Sua perspectiva, no entanto, continua focada no desenvolvimento do capitalismo como forma de alcançar os objetivos da sociedade humana.

As contribuições de Keynes, elaboradas no contexto de profunda crise econômica mundial dos anos 20-30, foram fundamentais para a definição dos rumos da humanidade a partir de então. Ao constatar a insuficiência do mercado como regulador das relações econômicas e propor uma série de mecanismos sociais ou estatais de intervenção no processo de desenvolvimento econômico, abriu todo um campo de debates e reflexões de importância transcendental para o mundo. Com base nessas formulações foram desenvolvidas várias idéias de direcionamento do desenvolvimento, com papéis importantes para os Estados nacionais, os organismos internacionais, entre outros sujeitos coletivos. Tornou-se importante a idéia de “Projeto de Desenvolvimento” enquanto processo de planejamento com a finalidade de direcionar as ações em busca de objetivos coletivamente estabelecidos. Não era uma idéia original, pois já estava presente em outros campos do conhecimento humano há muito tempo, mas diante da crise do liberalismo econômico tornou-se uma idéia hegemônica naquele momento histórico.

A humanidade vivia uma situação de perplexidade, fruto de duas guerras mundiais intercaladas por uma crise econômica sem precedentes. Poucos se mantinham na perspectiva de sustentar as teses da autorregulação econômica e do equilíbrio geral resultante do exercício da liberdade individual. Era preciso reconstruir os países destruídos pela guerra, mas também era necessário responder a expectativas de crescimento econômico do mundo inteiro.

O desenvolvimento, que continua sendo um conceito amplo e difuso, consolidou-se historicamente por sua dimensão predominantemente econômica. O aumento da produção de riquezas, o avanço tecnológico, a integração das economias locais no mercado global e assim por diante, criariam as condições necessárias e suficientes para a melhoria das condições de vida das populações envolvidas. O debate ensejou múltiplas abordagens sobre o assunto contemplando os mais diversos aspectos do processo e de sua dinâmica.

Alguns autores despenderam esforços para distinguir o desenvolvimento do mero crescimento econômico (Furtado, 1986). Enquanto este representava uma expansão quantitativa do volume produzido ou do emprego gerado, o desenvolvimento era constituído também por mudanças qualitativas, transformações inclusive extra-econômicas. Outros autores chegaram a estabelecer etapas sucessivas que deveriam ser vencidas pelos países que desejassem alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, todas elas centradas nos aspectos econômicos e tendo como referência ou como modelo os países em que o modo de produção capitalista estava mais avançado (Rostow, 1975).

## **A cultura como fator explicativo do processo de desenvolvimento**

A hegemonia do determinismo econômico presente nos debates sobre o desenvolvimento produziu um movimento de reação naqueles que pretendiam focar suas reflexões em outros aspectos da vida humana,

como a cultura, por exemplo. Tal movimento abriu espaços para a reflexão e o debate sobre diversos elementos componentes das culturas dos povos, como a tradição, os costumes, a arte, a literatura, a religião e outros.

O termo cultura, segundo Gilbert Rist, pode ser entendido de duas formas. Em seu sentido amplo (antropológico) significa o conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com o sagrado e as práticas que derivam destas relações. Em seu sentido restrito (cultivado) refere-se aos produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural (Rist, 2000).

Numa perspectiva antropológica a cultura pode ser considerada uma espécie de hábito coletivo, como um conjunto de disposições duradouras que são produto e produtoras de história, que determinam práticas e representações e que se ajustam permanentemente às novas circunstâncias que a sociedade vier a enfrentar. Isto significa que as sociedades são fortemente influenciadas por sua cultura, inclusive nos aspectos econômicos, mas ao mesmo tempo são as próprias sociedades que produzem a sua cultura. A cultura, neste sentido, compreende um sistema de regras observadas, deformadas ou transgredidas cuja transformação corresponde ao movimento complexo das relações sociais internas e externas (Idem).

O emprego mais freqüente do termo cultura, entretanto, ocorre no seu sentido restrito. Os órgãos públicos encarregados de trabalhar com a cultura (Ministério da Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais da Cultura) possuem suas atribuições definidas de forma residual, muitas vezes associada a outros fragmentos das políticas públicas. Enquanto as questões centrais do desenvolvimento econômico e social estão definidas como atribuição das “pastas mais importantes” (Fazenda, Planejamento, Educação, Justiça, Trabalho, etc.) cabe às pastas da Cultura ocupar-se do que restou ou do que não foi contemplado anteriormente. Em muitos casos, para justificar a existência da pasta, são agregados temas como lazer, esporte, turismo, entre outros.

Em tais condições, a perspectiva de cultura imbricada nas políticas públicas é aquela que diz respeito à promoção de eventos artísticos, ao apoio aos grupos folclóricos e assemelhados. Não há problema em promover e apoiar tais atividades, mas na sua separação das demais questões, especialmente dos elementos centrais do processo de desenvolvimento. Este é um processo que consolida a compreensão de que a cultura é algo extra-econômico, constituída por elementos eruditos, neutros em relação ao desenvolvimento real e cotidiano.

Nesse campo rapidamente ocorre o reconhecimento de que existe uma enorme diversidade cultural entre as nações e mesmo dentro de cada uma delas e de que não há como estabelecer padrões ou referências universais. A insistência num modelo cultural único para o mundo inteiro provocaria problemas múltiplos, além de um empobrecimento enorme (Ortiz, 2003).

A percepção sobre a importância da cultura para o desenvolvimento já existe de longa data (Weber, 1996). Diferentes autores estudaram as relações existentes entre diversas culturas e os processos de desenvolvimento nas respectivas sociedades (Putnam, 2002; Sen, 2000). Foi, no entanto, no âmbito da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México em 1982 numa iniciativa da Unesco, que a expressão “desenvolvimento cultural” foi consagrada, assumindo que “... *o desenvolvimento só tem um verdadeiro sentido quando permite aos indivíduos e aos povos viver melhor e realizar na plenitude suas aspirações morais, espirituais e o pleno florescimento de suas faculdades criadoras*” (apud Rist, 2000). Em sua exposição por ocasião da Assembléia Geral da Unesco realizada em Paris em 1997, Henrique Iglesias destaca que existem múltiplos aspectos da cultura de cada povo que podem favorecer o seu desenvolvimento econômico e social, sendo necessário descobri-los, potencializá-los e apoiar-se neles. Fazer isto com seriedade, no seu entender, significa redefinir a agenda do desenvolvimento de forma que ele seja mais eficaz, levando em conta as potencialidades da realidade que são de sua essência que, até agora, geralmente foram ignoradas (apud Kliksberg, 2005).

Não há como negar a importância desta iniciativa da Unesco em estabelecer um debate mundial sobre a temática. De outra parte, ela se constitui no reconhecimento explícito de que o processo de desenvolvimento em marcha não tem levado em conta efetivamente a “dimensão cultural”. O dilema que se impõe é como efetivamente contemplar as identidades culturais na construção de um projeto nacional de desenvolvimento, num contexto histórico fortemente pressionado pela idéia-força de que “não existem (outras) alternativas” fora do curso imposto pelo poder econômico dos mercados globalizados.

Qualquer nível de identidade cultural, tal como uma identidade nacional, inclui vários outros parâmetros culturais de construção e negociação de identidade, incluindo fatores étnicos, gênero, raça, classe, dentre outros. A identidade cultural, portanto, serve tanto para explicar as relações e transformações que ocorrem entre distintos países quanto no interior de cada país. O Estado nacional, por exemplo, é uma noção que tem sido empregada tanto para reforçar quanto para desestruturar identidades culturais. A visão dominante no presente contexto histórico de hegemonia política do ideário liberal é de que os Estados nacionais mais atrapalham do que ajudam e, por conseqüência, não possuem competência nem legitimidade para definir caminhos próprios de desenvolvimento. Provavelmente esta seja uma das causas que explicam porque a idéia de que se deve respeitar a diversidade cultural na construção de projetos de desenvolvimento esteja muito mais presente nas discussões envolvendo espaços subnacionais (desenvolvimento local, territorial, regional...) do que no âmbito do planejamento nacional.

O que se observa dos distintos discursos é que, de um lado, reforça-se a importância e a necessidade de se levar em conta as dimensões culturais e, de outro, que o processo econômico está dado e é irreversível, cabendo aos fatores culturais um lugar completamente secundário na escolha das prioridades do desenvolvimento.

Diante de tantos desencontros e de tentativas frustradas de aproximação entre cultura e desenvolvimento, o que poderia orientar a nossa reflexão? Haveria alguma possibilidade de interação entre a cultura, em seu sentido amplo (antropológico) e o desenvolvimento? Qual o sentido deste desenvolvimento?

Para elaborar uma tentativa de resposta é necessário partir da compreensão de que a cultura representa os padrões de comportamento social que definem o modo de vida predominante. Esse modo de vida das comunidades inclui a tecnologia e o modo de organização econômica, as formas de estabelecimento, de agrupamento social e de organização política, as crenças e as práticas religiosas.

Todos os aspectos da vida humana, portanto, estão incluídos neste sistema e o desenvolvimento teria que se referir necessariamente à evolução do mesmo, ao seu processo de transformação. Os avanços científicos possibilitam a geração de novas tecnologias, que impactam nos modos de organização econômica, social e política da sociedade. Ou, em sentido inverso, decisões políticas tomadas com base em valores morais ou crenças religiosas condicionam a economia, a ciência, a tecnologia, etc. Esse processo de evolução, cuja direção, sentido, velocidade ou dinâmica estão indeterminados, constitui o desenvolvimento em seu sentido pleno.

Os impulsos transformadores, por conseqüência, de desenvolvimento, podem ter origem interna à sociedade ou podem decorrer do contato e das interações com outras culturas. Compreender um processo de desenvolvimento com tal complexidade, com a perspectiva de contribuir no seu devir, é, certamente, uma tarefa delicada, mas desafiadora (Giddens, 1991).

Ocorre que uma perspectiva desta ordem implicaria admitir a possibilidade de existir simultaneamente tantos processos de desenvolvimento quantos são os sistemas culturais ou as sociedades. Cada socieda-

de teria sua cultura e seu próprio processo de desenvolvimento, interagindo com as demais, determinando e sendo determinada (Latouche, 2005).

É neste contexto que o planejamento pode assumir um papel decisivo no processo de desenvolvimento de uma sociedade. Tomado enquanto ação organizada e consciente de intervenção num processo complexo, o planejamento pode contribuir para superar o determinismo econômico e, mesmo em um ambiente capitalista, construir caminhos alternativos de desenvolvimento.

Os estudos, a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento só fazem algum sentido se estiver aberta a possibilidade de uma intervenção consciente e racional no processo. Para que serviria um debate sobre algo que já está determinado e que segue seu curso independentemente da ação humana? Assim, todo o esforço de pesquisa realizado para compreender o processo de desenvolvimento da humanidade em suas diversas dimensões está carregado de intenções positivas, de objetivos relacionados aos caminhos alternativos a serem criados ou às características essenciais a serem buscadas no devir. É nesse contexto de ação ou de expectativa quanto à possibilidade de ação que se situa o planejamento.

Planejar significa agir de acordo com um plano. Significa determinar de forma consciente o quê, como e quando deve ser feito e, especialmente, quais são os objetivos da ação. Quando se pretende interferir em algo complexo e dinâmico, como é o desenvolvimento, o processo de planejamento também precisa ser complexo e dinâmico. Muitas são as variáveis a considerar na leitura da realidade, múltiplos são os ângulos de análise e diversas são as interpretações possíveis. Distintas e controversas são as expectativas em relação ao futuro e mais amplas ainda são as estratégias possíveis de serem instituídas. Trata-se de um processo político que envolve escolhas e a definição de ações cujos resultados afetam a vida das pessoas. Ao se elaborar um plano de intervenção para

um processo de desenvolvimento, portanto, é fundamental que sejam contemplados os diversos aspectos e dimensões que dizem respeito à sociedade e território alvo das ações, em particular as questões culturais.

No Brasil, como em qualquer outra nação, alimenta-se a esperança de construir uma sociedade melhor, mais justa e humana, sem barreiras de raça, gênero, classe ou outras. No limite, existe uma utopia social, um desejo que reflete o pensamento de um povo que, diante da realidade em que vive, está sempre disposto a estabelecer objetivos a serem buscados e participar de ações em prol de tais objetivos. Longe de representar qualquer consenso ou mesmo uma condição de equidade entre os indivíduos ou grupos sociais que compõem esse povo, existem aspectos relevantes para definir uma identidade cultural em prol de um projeto de futuro.

Ao longo de sua história a sociedade brasileira percorreu caminhos, fez escolhas entre distintas possibilidades de desenvolvimento de acordo com os interesses hegemônicos e a capacidade de ação de seus representantes. A estrutura econômica de propriedade dos meios de produção ou de distribuição da renda gerada apresenta desde os primórdios uma característica de elevada concentração, assim como o acesso aos bens públicos e privados sempre foi restrito a uma elite muito reduzida e poderosa. O mercado, crescentemente oligopolizado, jamais representou qualquer indício de mecanismo automático de regulação social da produção, do emprego ou do consumo da população ou de geração de equilíbrio geral e prosperidade para as pessoas. A participação do Estado na determinação dos rumos da sociedade brasileira, ao contrário, sempre foi decisiva, especialmente no comportamento da economia.

A ocupação do território e a definição de uma estrutura de propriedade fundiária foram gerenciadas pela Coroa Portuguesa ou pelos imperadores e jamais foram postas efetivamente em xeque pelos governos republicanos. O processo brasileiro de industrialização foi capitaneado pelo Estado, a partir da chamada política de substituição de importações, ini-

ciado na década de 30 do século 20, o qual produziu uma série de alterações socioeconômicas no país. Num contexto mundial em que desenvolvimento era sinônimo de industrialização, o Brasil fez a opção estratégica hegemônica, produziu um reposicionamento na escala social, mas a repartição da riqueza produzida continuou muito desigual.

As principais experiências de intervenção no desenvolvimento brasileiro ocorreram nas décadas de 50, 60 e 70 e seus eixos articuladores sempre estiveram relacionados com o crescimento econômico. Na década de 80 as ações se voltam para as políticas de estabilização de preços e combate à inflação.

Tais experiências podem ser visualizadas por diversos ângulos. Na perspectiva dos diagnósticos realizados convém interrogar sobre a sua consistência, especialmente no que se refere à inclusão daqueles problemas efetivamente sentidos pela população ou que se constituem em causas reais de restrições ao desenvolvimento. Pelo ângulo dos objetivos e metas estabelecidos, ou das opções estratégicas presentes nos diversos planos, cabem as perguntas sobre os interesses hegemônicos tomados como representação da sociedade. Ademais, pelo ângulo das ações postas em prática, podem ser investigadas as formas de distribuição das responsabilidades e dos custos das mesmas vis-à-vis à distribuição dos resultados e benefícios obtidos.

O debate nacional sobre a realidade brasileira é muito incipiente e não produziu ainda propriamente um diagnóstico aceito como minimamente representativo do conjunto do país. O tamanho e a diversidade do território nacional contribuem para a complexidade da questão, mas as principais diferenças decorrem das diversas perspectivas teóricas e ideológicas que fundamentam as análises, constituindo distintas leituras da realidade nacional. Em cada processo de planejamento são apontados ou destacados os aspectos da realidade que contribuem para fundamentar as proposições hegemônicas, sem explicitar o filtro cultural utilizado na seleção dos mesmos.

Mais problemático ainda tem sido o processo de definição dos grandes objetivos e metas nacionais. Muito mais importante que um debate público e transparente tem sido a ação de “lobistas e marqueteiros”, na difusão de “frases de efeito”, carregadas de conteúdo ideológico, para serem assumidas como bandeiras pelas massas. O baixo grau de escolarização e a pouca experiência de efetiva participação da população em governos democráticos possibilita a proliferação de idéias da moda ao invés da construção de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento capaz de contemplar a diversidade cultural. Tampouco em âmbito regional ou local existem espaços efetivos de debate e reflexão coletiva para a definição de caminhos alternativos para o desenvolvimento, em que seria plausível a definição de especificidades coerentes com as peculiaridades da cultura local ou regional.

## **Considerações finais**

Pensar o desenvolvimento enquanto processo de evolução da humanidade cuja direção, sentido, velocidade ou dinâmica são indeterminados é, indiscutivelmente, um desafio interessante. O esforço para superar os determinismos, reducionismos e outros simplificadores, é válido e certamente frutífero. A complexidade do mundo real e de sua dinâmica de transformação impõe, no entanto, a necessidade de fazer recortes disciplinares, espaciais, históricos, etc., para que seja possível realizar os estudos. Ao se delimitar os temas de interesse para a pesquisa envolvendo os processos de desenvolvimento não se pode, por certo, desconsiderar a existência de um “Projeto Hegemônico” de desenvolvimento que ultrapassa as fronteiras locais, regionais e nacionais. A possibilidade de intervir nesses processos, entretanto, é facilitada quando o foco estiver centrado no uso das potencialidades locais, que se reforçam nas diferenças históricas, geográficas e culturais da sociedade e território local.

No Brasil, as diferentes experiências de planejamento nunca contemplaram o mosaico cultural de nosso território e de nossa gente e é provável que uma parcela importante de nossas dificuldades socioeconômicas tenha origem nesta desconsideração. Levar em conta tal diversidade, evitando generalidades e simplificações, pode ser um caminho viável para se retomar o debate em torno da construção social de um projeto de desenvolvimento, seja ele de escala local ou nacional, e tendo o planejamento como um instrumento privilegiado de orientação de ações organizadas e conscientes.

## Referências

- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JEVONS, W. S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- KLIKSBERG, Bernardo. *El rol del capital social y la cultura en el proceso del desarrollo*. In: KLIKSBERG, Bernardo; TOASSINI, Luciano (Orgs.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, 2000. p. 19-58.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Disponível em: <[http://pverty2.forumone.com/files/5469\\_kliksberg.pdf](http://pverty2.forumone.com/files/5469_kliksberg.pdf)>. Acesso em: 3/11/2005.
- LATOUCHE, Serge. *L'occidentalisation du monde*. Paris: La découverte, 2005.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1987.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).

RIST, Gilbert. La cultura y el capital social. Cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBURG, Bernardo; TOASSINI, Luciano (Orgs.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, 2000. p. 129-150.

ROSTOW, W. W. *Origens da economia moderna: como tudo começou*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

Recebido em: 31/07/2007

Aceito em: 02/07/2007